



Sem acordo salarial, vigilantes de Alagoas param atividades em 25 agências bancárias

Categoria cobra negociação com representantes de empresas e ameaçam greve para a próxima segunda-feira



Sem acordo salarial, vigilantes param atividades em 25 agências

Depois de seis tentativas de se chegar a um acordo salarial, vigilantes que atuam em 25 agências bancárias de Alagoas decidiram cruzar os braços nesta segunda-feira (30) como forma de pressionar as empresas do ramo e patrões.

Com a paralisação, o funcionamento de agências públicas e privadas - sobretudo na Rua do Sol, em Maceió - ficou comprometido. As unidades ficaram fechadas e sem previsão de abrir as portas, segundo o Sindicato dos Vigilantes de Alagoas.

“Foram fechadas agências públicas, como o

Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal, e agências privadas, como o Bradesco e o Santander. A ideia é chamar a atenção para a nossa causa”, explica José Cícero Ferreira, presidente da entidade.

De acordo com ele, das seis tentativas de acordo, os representantes das empresas de vigilância faltaram a quatro reuniões. Em seguida, propuseram um valor abaixo do esperado pela categoria, o que motivou a paralisação de hoje.

“Foi proposto 3,5% de reajuste, um valor que não atende às nossas expectativas. Nós rejeitamos esta proposta e decidimos fazer diversos atos ao longo desta semana. Vamos aguardar uma negociação até a próxima sexta-feira.

José Cícero Ferreira informou que, caso as empresas não façam nenhuma proposta até o final desta semana, a categoria deve decretar paralisação geral.

Fonte: Gazeta Web

Vigilantes rejeitam proposta de reajuste zero das empresas em Rondônia

Uma proposta quase indecente assustou os representantes do SINTESV/RO durante rodada de negociação da CCT 2017/2018



Trabalhadores reivindicam reposição da inflação e ganho real de 5%, além de vale alimentação de R\$ 25.

A reunião da primeira rodada de negociação da Convenção Coletiva de Trabalho 2017/2018, dos profissionais em vigilância privada de Rondônia foi realizada nesta última quarta-feira (25), na sede do SINDESP/RO, localizado na capital Porto Velho. Participaram da reunião, representando o sindicato patronal o presidente Francisco A. B. Fonseca e os membros da comissão de negociação coletiva, Vinícius Luiz Pereira, representante da empresa FBX, Luiz Fernandes da Silva, representante da empresa Prosegur e Gustavo dos Santos Almeida, representante da empresa COLUMBIA, além dos representantes da empresa INVISEG – Guthierry da Silva Campos; Grupo PROTEGE – Ricardo de Almeida e Gustavo Somensato; PROSEGUR – Adenilton Oliveira, ESTAÇÃO VIP – Ivan de Souza Araújo. Essa comissão é a mesma que vem negociando em todos os demais estados da região Norte. Em alguns deles os trabalhadores já anunciaram greve. Representando o sindicato laboral o presidente do SINTESV/RO Paulo Tico Floresta, secretário geral Valdemar Cosme de Carvalho, diretor Deusamar Rodrigues da Silva, diretor financeiro Marinor Gomes de S. Filho, vigilante

Luiz Carlos Fabrício de Melo e o advogado Dr. Fabrício Fernandes.

Para o presidente do Sindicato dos Vigilantes do Estado de Rondônia, Paulo Tico, a primeira contraproposta apresentada pelas empresas não foi nada animadora, e recebeu a negativa dos trabalhadores de imediato. Neste primeiro momento estão sendo discutidas as cláusulas econômicas, que são as que mais interessam aos trabalhadores. As empresas apresentaram uma proposta de reajuste zero para salário e reajuste de 30% da inflação para o vale alimentação. Para Paulo Tico, “na prática isso não influencia nada no bolso do trabalhador, que amarga uma inflação real de mais de 6% ao ano.

Os trabalhadores reivindicam a reposição da inflação, com base no cálculo do INPC, conforme determina a CLT, 5% de ganho real e vale alimentação no valor de 25 reais.

Diante do impasse, os patrões ficaram de se reunir e apresentar uma nova contraproposta. A reunião está marcada para a próxima terça-feira (31). Segundo a direção do SINTESV/RO, caso não haja um consenso, o sindicato irá requerer uma mediação da Delegacia Regional do Trabalho. Esgotadas todas as possibilidades de negociação, não havendo acordo, os trabalhadores se reúnem para discutir paralisações e greve.

Empresas e trabalhadores têm até o dia 01 de março para entrarem num acordo, que é a data base da CCT.

Fonte: Sindicato dos Vigilantes de Rondônia

Análise: Rombo da previdência é um discurso falacioso

A reforma da previdência aponta para um novo projeto de País: uma sociedade não solidária



A proposta praticamente impossibilita o acesso aos que tem menor expectativa de vida e aos que estão em ocupações mais precárias / Reprodução

Com o falacioso discurso de rombo da previdência e de que o objetivo da reforma é garantir o sistema para as novas gerações, tentam amedrontar a população, inclusive com uma campanha publicitária com dados, no mínimo, controversos.

A proposta em nada tem a ver com a sustentabilidade no futuro. O impacto é de curtíssimo prazo, atingindo grande parte dos que poderiam se aposentar nos próximos 10 anos, e priva diversos cidadãos do direito ao sistema público de previdência. A esses restará o sistema assistencial, que também é destruído enquanto garantia uma renda real mínima.

A proposta traz mudanças drásticas e descoladas da realidade da população brasileira, que não pode ser representada por uma média, dada a desigualdade.

A idade mínima de 65 anos, independentemente do tempo de contribuição, igualdade completa

entre homens e mulheres, retirada de todas as condições especiais de professores e dos segurados especiais, desvinculação do salário mínimo das pensões e dos benefícios assistenciais e a exigência de 25 anos de contribuição mínima e de 49 anos de contribuição para o benefício integral estão entre as principais perversidades da PEC da Previdência.

Assim como no caso da EC 95 (ex-PEC 241 ou 55), há argumentos falaciosos, simplificadores e de geração de pânico, que não sobrevivem a uma análise mais criteriosa e escondem consequências desastrosas para o tecido social brasileiro.

O regime geral de previdência social (RGPS) e os benefícios assistenciais têm reconhecido efeito distributivo e de garantia de uma renda estável, ao longo de toda a vida, para grande parte da população brasileira. A previdência rural tem efeitos fantásticos incluindo a geração de condições fundamentais à agricultura familiar, principal forma de produção de alimentos no Brasil.

SERÁ QUE EXISTE UM “ROMBO DA PREVIDÊNCIA”?

Dados da Seguridade Social, que incluem Previdência, Saúde e Assistência Social, mostram que não



SEGURIDADE SOCIAL

(NÚMEROS APROXIMADOS DIVULGADOS EM 2015 PELA ANFIP)

DESPESAS

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

R\$ 436 BI

BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS

R\$ 41,8 BI

BOLSA FAMÍLIA E OUTROS

R\$ 26,9 BI

R\$ 102,2 BI

BENEFÍCIOS FAT

R\$ 48,2 BI

OUTRAS DESPESAS

R\$ 27,9 BI

SOMA DAS DESPESAS
- R\$ 683 BILHÕES

RECEITAS

CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

R\$ 352,6 BI

COFINS

R\$ 200,9 BI

CSLL

R\$ 59,7 BI

PIS/PASEP

R\$ 53 BI

ENTIDADES DA SEGURIDADE

R\$ 20 BI

OUTRAS CONTRIBUIÇÕES

R\$ 7,8 BI

SOMA DAS RECEITAS
+ R\$ 694 BILHÕES

SALDO: + R\$ 11 BILHÕES

1. Receitas da Seguridade Social conforme art.195 da Constituição Federal
2. A tabela da ANFIP é baseada em dados oficiais do governo (SIAFI)

Brasil de Fato

O RGPS se encontrava relativamente equilibrado. Enquanto a economia crescia, as receitas da seguridade cresciam mais do que as despesas, principalmente entre 2006 e 2013. Além disso, do ponto de vista demográfico, até 2030 o Brasil estará vivendo o chamado “boom demográfico” com a menor razão de dependência, a população em idade ativa será muito superior à população de crianças e idosos, o que não demandaria qualquer alteração durante esse período por questões demográficas.

Aparentemente, há dois motivos a uma proposta tão draconiana. Em primeiro lugar, a EC 95 exige uma grande redução da despesa pública nos próximos 10 anos e para que o teto da seja alcançado é necessário desmontar os gastos sociais que têm um crescimento acima da inflação decorrente do

próprio crescimento vegetativo.

Somado a isso há uma clara intenção de retirar do sistema uma grande parte da população. A proposta praticamente impossibilita o acesso aos que tem menor expectativa de vida e aos que estão em ocupações mais precárias, com maior informalidade e maior rotatividade. Aos mais abastados, está garantida a previdência complementar.

As medidas adotadas são aquelas preconizadas por aqueles que dizem que “a constituição não cabe no PIB”, jogando todo o ajuste para a população. O regime contributivo e solidário irá ruir, ao invés de se tornar sustentável, e com isso os mecanismos redistributivos presentes nas políticas públicas brasileiras pouco a pouco serão eliminados.

Fonte: Brasil de Fato

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

www.cntv.org.br
cntv@terra.com.br
(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,
Térreo, lojas 09-11
73300-000 Brasília-DF